

Ilustríssimo Senhor _____

_____, R.G. _____,
cargo/Função-atividade _____, regime jurídico TEMPORÁRIO
ESTÁVEL, classificado no _____, residente na rua:
_____, nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____,
CEP.: _____, REQUER a Vossa Senhoria a concessão de dois anos de Licença
para tratar de interesses particulares, nos termos do artigo 202 da Lei nº 10.261/68 e artigo 19
do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, reproduzido pelo artigo 18 do
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CE/89.

Declaro, estar ciente que devo aguardar a concessão em exercício, uma vez
que a vigência se dará a partir da publicação do ato concessório.

**Declaro estar ciente da necessidade de serem efetuados os
recolhimentos obrigatórios ao IAMSPE de 2% (dois por cento) da retribuição-base
mensal durante o período da licença e que o recolhimento poderá ser efetuado também
ao término da licença e, nesse caso, NÃO terei direito à assistência médica durante o
período da licença, bem como sobre os juros e reajustes cabíveis se o pagamento for
feito fora do prazo ou só no final da licença.**

**Declaro, ainda, estar ciente da opção em manter, durante o
afastamento, o vínculo com o Regime Próprio de Previdência Social - SPPREV, desta
forma deverá contribuir com 33% (trinta e três por cento) correspondentes a 11% (onze
por cento) de sua própria contribuição mais 22% (vinte e dois por cento) da
contribuição patronal. (art. 8º Decreto 52.859/08).**

São Paulo, _____ de _____ de _____.

(assinatura do requerente)

VISTO

(assinatura e carimbo do superior imediato)